



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PESQUISA
SOBRE A TEMÁTICA**

Vera Lúcia de Azevedo Lima

Doutora de Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará. Membro Colaborador do Grupo de Pesquisa EPOTENA/UFPA. Orientadora do Projeto de Pesquisa: Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”. Belém-PA.

Danielle Leal Sampaio

Discente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará (Mestrado Acadêmico). Membro do Grupo de Pesquisa EPOTENA/UFPA pelo Projeto: Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”.

Andrey Ferreira da Silva

Discente do Curso de Graduação em Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PROPESP/UFPA). Componente do Grupo de Pesquisa EPOTENA/UFPA pelo Projeto: Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”.

Lediane Xavier de Sena

Discente do curso de Graduação de Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESPA/UFPA). Componente do Grupo de Pesquisa EPOTENA/UFPA pelo Projeto: Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”.

Valquiria Rodrigues Gomes

Discente do Curso de Graduação de Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PARD/UFPA). Componente do Grupo de Pesquisa EPOTENA/UFPA pelo Projeto: Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”.

RESUMO

Introdução: O Projeto de Pesquisa: Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”, visa sistematizar e analisar as notas narradas pela mídia impressa sobre a violência contra a mulher e do agressor no estado do Pará, a fim articular cuidados de enfermagem eficientes para a prevenção de agravos desses acontecimentos. Entretanto, seus integrantes precisam inicialmente conhecer a magnitude, transcendência e vulnerabilidade do fenômeno tendo como princípio o cuidado humano da Enfermagem dentro de sua visão holística, para assim compreender as consequências da violência contra a mulher, uma vez que a Enfermagem é a arte e a ciência cuja finalidade é o cuidado ao ser humano, em todos os contextos em que se encontre. **Objetivo:** apresentar experiências e reflexões de alguns membros do projeto de pesquisa: Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”. **Metodologia:** Estudo descritivo do tipo relato de experiência vivenciado por alguns dos membros do grupo do Projeto de Pesquisa: Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”, que realizam reuniões para discussão sobre a temática de violência contra a mulher e iniciação da pesquisa de campo. **Resultados:** Durante as reuniões de discussões, análises e coleta de dados percebemos a magnitude dessa temática, que não envolve apenas a saúde da mulher com o comprometimento de sua integridade física e psíquica, nem apenas uma relação de machismo de domínio do homem diante da mulher, mas seus episódios atingem a saúde da família que é abalada, envolvem gastos públicos com ações curativas e jurídicas. Existem vários estudos envolvendo a temática, a maioria deles está relacionado com as consequências da violência, mas ainda assim percebemos que são poucos os estudos envolvendo a região amazônica, devido suas peculiaridades culturais serem muito fortes dificultando as pesquisas e ações de promoção da saúde familiar. **Considerações:** A violência contra a mulher é um problema de saúde pública comprovado por inúmeros estudos que demonstram sua complexidade e gravidade. Dessa forma, a enfermagem com sua finalidade de preservação da vida humana, pode atuar não apenas na assistência a saúde da mulher vítima de violência de modo curativo, como também fundamentalmente na prevenção de agravos por meio de orientações, encaminhamentos e estudos de valor social, como um meio de educação à saúde da mulher, sendo o homem agressor um elemento chave para a prevenção de acontecimentos, buscando também atingir a mídia, que atualmente tem papel muito importante nas questões informacionais, fornecendo subsídios no processo de formação de opinião popular, e por isso, quanto maior a especificidade das notas no que se refere a prevenção e identificação de agravos, maior será o resultado de sensibilização social.

PALAVRAS CHAVES: Violência contra a mulher. Saúde da mulher. Projeto de pesquisa. Mídia. Homem. Agressor. Enfermagem.

1- INTRODUÇÃO

A violência é considerada como um fenômeno multicausal ou multifatorial que atinge, indiferentemente, todas as classes sociais, instituições e grupos etários e, impiedosamente, com maior hostilidade, os indivíduos mais indefesos da sociedade (SANTOS, 2009).

A violência contra a mulher é tida desde a década de 90 como sendo um problema de saúde pública afetando todos os países, todas as culturas e em todas as condições socioeconômicas onde muitas vezes ocorrem dentro de seu ambiente familiar manifestando-se de formas distintas tendo assim várias consequências tanto para a mulher, quanto para a sociedade (ARNOLD et al., 2007)

A instituição doméstica é formada pela união de pessoas pelo casamento ou por laços de descendência e de consaguinidade. A partir dos vínculos estabelecidos entre os membros de uma família, se definem papéis determinando níveis hierárquicos de responsabilidades e funções atribuídas conforme o sexo e a idade dos integrantes da unidade familiar (SANTOS, 2009)

Segundo Fonseca (2009) a violência contra mulher tem origens nas desigualdades de gênero baseada no poder, o que é um desprivilegio para as mulheres por ser alvo da violência de gênero. No entanto, Schraiber (2006), complementa informando que esse tipo de violência pode ser explicada de conforme com as condições históricas e sociais nas quais o homem e a mulher estão inseridos, seja no núcleo familiar, no trabalho, seja um espaço público ou privado, ou seja, as atribuições que ambos adquiriram com o tempo trouxeram posições e várias expectativas para tais relações.

No que tange a questão do gênero, passa-se de um momento em que o feminino é colocado na posição exclusivamente vitimária, estereotipando apenas a *mulher* como vítima, “forçando-a” a tomar um lugar de casta, pura, honestas, atribuindo-lhe algumas conotações como: a submissão, a passividade, dependência e a opressão; fantasiando um momento em que não há distinção entre as posições do feminino e do masculino, tornando o homem o ser do topo da cadeia hierárquica nas relações sociais, considerando-o o dominador, sendo este um aspecto tradicionalmente aceito nas relações entre homens e mulheres, definindo o patriarcalismo (MACHADO, GROSSI, s/d; SANTOS, 2009).

Segundo Schraiber, et al, 2005, a relação gênero e violência, mostra uma bipolaridade tanto quanto ao público/privado e quanto ao tipo de agressão sofrida: os homens adultos sofrem, sobretudo, violência física enquanto que as mulheres adultas, física e sexual. A referida bipolaridade faz com que os homens se envolvam mais na violência relacionada ao trabalho e ao crime, e as mulheres em conflitos domésticos, e em quase todas as sociedades humanas, a aquisição das atribuições masculinas se caracterizar por um processo violento, sendo a violência fundante da própria masculinidade.

Existem estudos que sugerem que a biologia pode estar envolvida na violência “masculina”, mas num sentido muito limitado. Algumas pesquisas afirmam que existem diferenças biológicas entre meninos e meninas em termos de temperamento, onde os meninos teriam uma taxa mais alta de falta de controle de impulsos, hiperatividade e outras características como reatividade e irritabilidade – traços que podem ser precursores de agressividade. (PROMUNDO, 2002; SAFFIOTI, 1999)

Ao longo do tempo foi sendo construído um modelo baseado na autoridade do homem que se difundiu tornando-se conhecido como patriarcalismo, sistema de dominação masculina no qual as mulheres eram tidas como seres inferiores, cristalizando na sociedade uma concepção de um caráter biológico, ou seja, os aparelhos reprodutivos femininos e masculinos eram determinantes para a caracterização das funções do homem e da mulher dentro da família. Nessa perspectiva o homem se percebe como único responsável pela geração de filhos e, portanto, detentor legal destes, adquirindo a mulher um papel secundário de simples, e dentro do sistema patriarcal ele é liberado da responsabilidade com o cuidado destes, fator exclusivo das atribuições femininas, sendo definido como provedor financeiro da família. (SANTOS, 2009)

Uma das principais manifestações de violência é a denominada doméstica que vem a ser toda e qualquer forma de agressão ocorrida no espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar, sendo a mulher a maior vítima por conta de uma cultura patriarcal reproduzida pela sociedade onde o homem é considerado um ser superior por sua virilidade, coragem, agressividade e principalmente por ser considerado o provedor do lar, logo a mulher é considerada um ser frágil estando sempre associado aos afazeres domésticos e a educação dos filhos (GOMES et al., 2007).

Somando a este princípio, nas relações amorosas, o homem acaba exacerbando sua masculinidade por meio de um sentimento: o ciúme. Este é uma característica comum a quase todos os seres humanos que pode até ter desempenhado um papel fundamental na evolução da espécie, pois, segundo a teoria da psicologia evolucionista, o ciúme é uma característica biológica que herdamos de nossos ancestrais, onde estes, usavam tal sentimento como mecanismo de sobrevivência. Os românticos até hoje associam o ciúmes muitas vezes a conceitos positivos como zelo e proteção, porém quando esse sentimento passa a ser um sofrimento, a ponto de prejudicar a vida daquele que o sente, ou a de seu parceiro, pode se tratar de um quadro patológico (SAFFIOTI, 1999; LIMA, BUCHELE, 2011).

Dentro dessa temática, a violência contra a mulher vem tendo repercussões cada vez maiores diante da sociedade, não só por acarretar graves danos à saúde do corpo físico, psíquico e emocional da vítima, como possui consequências para seu plano desenvolvimento pessoal, profissional e familiar, sendo considerada um grave problema de saúde pública (MOREIRA, et al 2008; LIMA, BUCHELE, 2011).

De acordo com Bedone, Faúndes, 2007, a capacitação das equipes deve incluir tanto conhecimentos técnicos quanto a reflexão sobre suas atitudes, seus conceitos de violência e o contato direto com as vítimas de agressão, mostrando que o principal aspecto que não pode ser negligenciado é o constante suporte técnico e psicológico às vítimas pela equipe multiprofissional de atendimento, no sentido de que não se afastem do objetivo de um atendimento humanizado, porém, não paternalista.

Para Lima (2009), o reconhecimento, a aproximação e o acolhimento são os primeiros cuidados de enfermagem às necessidades humanas básicas afetadas, com o propósito de que a vítima sinta-se protegida, confiante e, sobretudo, segura para iniciar um diálogo sobre o fato. Segue a assistência com a orientação a respeito dos seus direitos como cidadã a fim de que ela possa buscar meios para que seus direitos sejam legitimados. O profissional deve ser sensível para a angústia da mulher, e por em prática as decisões e condutas mais prudentes.

Nesse sentido, criou-se uma polêmica na aplicação da Lei 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no que se refere aos casos de violência doméstica contra a mulher. Ressalta-se que a maioria dos crimes perpetrados no âmbito familiar e doméstico (ameaças e lesões corporais leves) eram cobertos por esta lei, destinada a tratar os crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, de menor gravidade.

Hoje, estes crimes ficam subjugados a Lei Maria da Penha - Lei 11.304/06, sancionada dia 07 de agosto de 2006, que tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos, onde hoje em dia dependendo da gravidade existem várias formas de punição, e a mais recente mudança nessa Lei, é que qualquer pessoa pode denunciar o crime.

Dessa forma, as complicações dessa problemática fazem com que a violência contra a mulher seja observada como uma situação comum, corriqueira do dia-a-dia mostrada pela mídia, ao qual, visa resolver os problemas familiares. No entanto, ao contrário do que se pensa, um cenário violento apenas mostra apenas as consequências de aplicação de poder implícitas do homem sobre a mulher, exemplificadas de forma popular por meio das notas nos jornais impressos.

2- METODOLOGIA

Estudo descritivo do tipo relato de experiência vivenciado por componentes de um grupo de pesquisa do projeto “Violência contra a mulher e o discurso da mídia” a cerca da temática discutida no projeto.

O grupo EPOTENA é um grupo de pesquisa com várias temáticas de projetos que envolvem o contexto Amazônico vivido em nossa região. As reuniões acontecem as terças-feiras quinzenalmente para apresentação e acompanhamento dos projetos envolvidos, com seus respectivos docentes colaboradores.

Dentro do Projeto de Violência contra a mulher e o discurso da mídia “paroara”, os componentes são formados por mestrandos e acadêmicos de enfermagem bolsistas de iniciação científica de várias instituições financiadoras, com reuniões para discussão de artigos, pesquisas e acontecimentos divulgados pela mídia de modo geral relacionados a temática de violência contra a mulher.

Outro momento da pesquisa que ocorre paralelamente aos estudos é a coleta dos dados das notas de violência contra mulheres divulgadas em um jornal de grande circulação de Belém do Pará, realizada de acordo com a disponibilidade dos seus integrantes, realizando sempre o diálogo coletivo, discutindo a importância da temática para a enfermagem.

3- RESULTADOS

Durante as reuniões de discussões, análises e coleta de dados percebemos a magnitude dessa temática, que não envolve apenas a saúde da mulher com o comprometimento de sua integridade física e psíquica, nem apenas uma relação de machismo de domínio do homem diante da mulher, mas seus episódios atingem a saúde da família que é abalada, envolvem gastos públicos com ações curativas e jurídicas.

Existem vários estudos envolvendo a temática, a maioria deles está relacionado com as consequências da violência, mas ainda assim percebemos que são poucos os estudos

envolvendo a região amazônica, devido suas peculiaridades culturais serem muito fortes dificultando as pesquisas e ações de promoção da saúde familiar.

Visualizamos nas notas até hoje analisadas que as existe quase todos os dias ao menos uma nota a respeito da temática, que de uma maneira geral evidência apenas o crime, e não seu contexto para que possamos entender a violência paraoara e buscar estratégias de prevenção desses acontecimentos que em boa parte das notas acabam em morte.

Ao fazermos uma reflexão dessa problemática, entendemos que as políticas que assistem essa mulher vítima de violência são pouco evidenciadas nas notas, haja vista que em sua grande maioria mostravam casos muitos violentos com repercussão nacional, o que mostra o desinteresse em repassar com detalhes as consequências criminais e estruturais dessa violência e até mesmo as formas de prevenção da mesma.

Mediante esse problema de saúde pública, cabe a enfermagem a investigação, notificação e tratamento das Necessidades Humanas Básicas relacionadas a saúde da mulher que acabam sendo comprometidas com a violência, pois os resultados mostram o comprometimento de todas, além de buscar com esse projeto a importância da mídia impressa no relato correto dos fatos mostrando seus principais impactos para a sociedade, e especialmente na execução de um cuidado planejado e sistematizado de assistência curativa e preventiva, a fim de almejar a construção de uma geração menos violenta.

A participação do movimento feminista foi determinante para a quebra do paradigma de superioridade o homem diante da mulher, e preponderante para a inserção da mulher no mercado de trabalho e na luta pela igualdade entre os sexos, favorecendo a construção de novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade. Contudo essa nova posição da mulher não elimina a autonomia masculina na família, sendo essa sociabilidade entre os gêneros aplicada de forma diferente entre camadas sociais, ocorrendo com maior frequência entre as camadas médias com maior grau de escolarização. (SANTOS, 2009)

Dessa forma, tanto as pesquisas como as experiências pessoais como educadores, pais, professores e profissionais de saúde demonstram que os homens em formação de caráter respondem muitas vezes segundo as expectativas que se tem deles, ou seja, os que possuem fatores associados ao comportamento delinquente acabam sendo estereotipados como um por todos estes. Isso reflete a questão cultural de que os homens por si só, já possuem um extinto arrogante, de poder diante da mulher, de sua família e assim da sociedade. (PROMUNDO, 2002; LIMA, BUCHELE, 2011; SANTOS, 2009)

Com relação à Educação Social, pode-se dizer que esta temática dentro da problemática da Violência contra a Mulher, vem se desenvolvendo e se expandindo com uma rapidez considerável através de diversas formas propaganda estimulando a denúncia contra o agressor, porém, a propaganda mais efetiva é a televisiva, só que esta é voltada somente para a mulher, e por esse motivo, pode-se opinar na criação de uma de uma propaganda voltada para os agressores, que no caso são os homens, de modo a alertá-los da consequência de seus atos contra a vida da mulher e contra sua própria vida perante a justiça.

Espera-se, então, a evolução na criação dos homens, condenando os paradigmas relacionados ao gênero, espera-se que eles se envolvam com cuidados com seus filhos e que participem de temas ligados à saúde sexual e reprodutiva de uma forma respeitosa e comprometida, de homens não violentos, que defendem sua honra com ações exemplares,

destruindo tais profecias que ainda se auto cumprem diante das gerações. (PROMUNDO, 2002; SCHRAIBER, et al, 2005)

Tudo isso visando sempre atender as Políticas Públicas nacionais por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e também de ações não-governamentais, tendo por fortalecimento a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com o Ministério da Saúde e as áreas de segurança pública, assistência social, educação e saúde, especialmente com os profissionais de enfermagem que possuem uma visão crítica e holística do ser humano, atuando em diversas áreas da saúde coletiva.

4- CONCLUSÃO.

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública comprovado por inúmeros estudos que demonstram sua complexidade e gravidade, mesmo que existam Leis que protejam o direito da mulher como ser humano e como gênero, as divulgações desses direitos ainda são limitadas diante da educação por meio de propagandas e profissionais capacitados em orientar as mulheres.

Dessa forma, a enfermagem com sua finalidade de preservação da vida humana, pode atuar não apenas na assistência a saúde da mulher vítima de violência de modo curativo, como também fundamentalmente na prevenção de agravos por meio de orientações, encaminhamentos e estudos de valor social, como um meio de educação à saúde da mulher.

Nesse contexto, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, traz uma mensagem que suscita a base da reflexão das ações voltadas ao homem, uma vez que é preciso combater a violência punindo os agressores, mas é preciso, sobretudo, evitar que a violência aconteça.

Entretanto, há uma lacuna tanto no que diz respeito as pesquisas relacionadas ao homem autor de violência, como diante das medidas de proteção a saúde de modo a modificar as atitudes de gêneros impostas socioculturalmente, quebrando os paradigmas machistas devendo apoiar versões de masculinidade que incluam a paz e o respeito ao ser humano e não a violência, de modo a promover sua saúde e a saúde do próximo. Estas contribuições permitirão não apenas ratificar a violência sendo uma questão de saúde pública, mas também para alertar o adoecimento como uma característica social dos homens autores de violência, sendo estes autores fundamentais para pesquisas futuras além de poder contribuir para diminuição dessa violência explícita nas notas de jornais e promover a equidade de gênero e o respeito a própria especificidade do gênero e ao ser humano biopsicossocial e espiritual conforme sua interiorização cultura.

Assim através de estudos como o deste projeto, os pesquisadores cada vez mais observarão a significância na temática, estimulando novos estudos, buscando parceiros de educação popular como a mídia televisiva ou impressa, por se tratar de um meio fundamental para o enfrentamento da violência contra a mulher, pois é atualmente um dos veículos educacionais mais importantes nas questões informacionais, fornecendo subsídios no processo de formação de opinião popular, e por isso, quanto maior a especificidade das notas no que se refere a prevenção e identificação de agravos, maior será o resultado de sensibilização social, tudo em prol da valorização da vida e saúde da mulher, do homem e da família.

5- REFERÊNCIAS

ARNOLD, M. W., SILVA, M. A., NETO, G. H. F., HAMIMENO, R. P., **Anos potenciais de vida perdidos por mulheres em idade fértil na cidade de Recife, Pernambuco, vítimas de morte por homicídios nos anos de 2001 a 2002.** Rev Bras Saúde Matern Infant; 7 (supl.1):s23-s27, nov.2007

BEDONE, A. J; FAUNDES, A. **Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher.** Universidade Estadual de Campinas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(2):465-469. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n2/24.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

FONSECA, R. M. G; LEAL, A. E. R. B; SKUBS, T; GUEDES, R. N; EGRY, E. Y. **Violência doméstica contra a mulher na visão do agente comunitário de saúde.** Rev Latino-am Enfermagem, 17(6). Novembro-dezembro. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n6/pt_08.pdf>. Acesso em 27 de dezembro de 2011.

GOMES, N, P., DINIZ, N, M, F., ARAUJO, A, J, S., COELHO, T, M, F. **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração.** Acta Paul. Enferm; 20(4):504-508, out.-dez. 2007. [online]. 2007 (4) :504-8

GROSSI, M.P. **Masculinidades: uma revisão teórica.** Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <http://www.antropologia.ufsc.br/75.%20grossi.pdf>

LAMOGLIA, C.V.A; MINAYO, M.C.S. **Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do estado do Rio de Janeiro.** *Ciência & Saúde coletiva*, 14(2): 595-604. 2009

LIMA, D.C.; BUCHELE, F. **Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres.** *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 21 [2]: 721-743, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n2/a20v21n2.pdf>

LIMA,V.L.A. **Violência contra mulheres pararas: contribuições para Enfermagem.** 2009. 233p. Tese (Doutorado em Enfermagem)- Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MACHADO, I.V.; GROSSI, M. P. **Gênero, sexualidades e direito: uma discussão sobre a demanda por leis assecuratórias de igualdade, inflação normativa e reconhecimento.** s/d. Disponível em: [www.identidade.org.br/.../.](http://www.identidade.org.br/.../)

MEDEIROS, PF; GUARESCHI, NMF. **A mídia como ferramenta de pesquisa: produção de saberes no cotidiano sobre a saúde das filhas deste solo.** *Psicologia & Sociedade*, 20(Edição Especial): 87-95, 2008.

MOREIRA, S. N. T; GALVÃO, L. L. L. F; MELO, C. O. M; AZEVEDO, G. D. **Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde.** *Revista Saúde Pública.*

2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/2008nahead/7122.pdf>>. Acesso em 03 de janeiro de 2012.

PORTO, M.S.G. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, 21(2): 211-233, 2009.

PROMUNDO, Instituto. Caderno da Violência para a Convivência. **In Trabalhando com Homens Jovens**. São Paulo: Instituto PROMUNDO (coord.), 2002. Disponível em: <http://www.promundo.org.br/wpcontent/uploads/2010/04/DaViolenciaparaConvivencia.pdf>

SAFFIOTI, H. I. B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 13(4) 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>

SANTOS, M. E. A. **Trabalho e violência em adolescentes estudantes: uma contribuição do enfermeiro**. 154F. Dissertação (Mestrado em enfermagem) – Faculdade de enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (RJ) 2009.

SCHRAIBER, L. B; D'OLIVEIRA, A. F. P. L; COUTO, M. T. **Violência e saúde: estudos científicos recentes**. Revista Saúde Pública. 2006. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v40nspe/30630.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

SCHRAIBER, et al. **Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva**. Ciência & Saúde Coletiva, 10(1):7-17, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a02v10n1.pdf>